



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14427 - RS (2021/0219340-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
REQUERENTE : NEUGEBAUER ALIMENTOS S/A
ADVOGADOS : LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA - RS024321
VINÍCIUS DE OLIVEIRA BERNI E OUTRO(S) - RS051477
FILIPE MARMONTEL NASI - RS096989
REQUERIDO : MILTON E SCHERER E CIA LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO MARIOTTI - RS025672
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN E OUTRO(S)
- RS028958
RENAN RAMOS FERREIRA - RS075716

DECISÃO

Cuida-se de petição interposta por NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A., com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "a parte adversa requereu, na origem, o levantamento de valores indevidamente bloqueados nas contas da Neugebauer. A quantia outrora bloqueada nas contas da peticionária supera dois milhões de reais, e é essa monta que Milton & Scherer busca levantar" (fl. 20).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se

evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente